

REDESENHANDO TERRITÓRIOS: O PROCESSO COLONIZATÓRIO DA FAZENDA SAUDADES NO OESTE CATARINENSE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX*

Daiane Frigo**, Mirian Carbonera***, Samira Peruchi Moretto****



Resumo: o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo colonizatório da Fazenda Saudades, localizada na microrregião de Chapecó, no Oeste catarinense, durante as primeiras décadas do século XX. A metodologia utilizada compreendeu análise de diferentes fontes que tratam do povoamento e colonização da região Oeste catarinense, com base em preceitos teóricos da Micro-história e a perspectiva metodológica da História Oral, como viés complementar de análise. O principal resultado obtido através desta pesquisa foi identificar um modelo de colonização, que aconteceu em outros núcleos de ocupação do Oeste catarinense, que visava a consolidação econômica da região, refletindo o molde capitalista de ocupação do espaço. A definição das fronteiras políticas, as quais resultaram da ocupação de territórios por grupos sociais migrantes, impactou diretamente na construção das estruturas sociais e nas relações estabelecidas com os grupos que povoavam anteriormente o território, acentuando e desequilibrando cultural, social e economicamente as perspectivas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Colonização. Fazenda Saudades. Oeste Catarinense. Desenvolvimento Regional. Fronteiras.

REDESIGNING TERRITORIES: THE CIVILIZING PROCESS OF FAZENDA SAUDADES IN WESTERN SANTA CATARINA, IN THE EARLY TWENTIETH CENTURY

Abstract: this paper aims to analyze the colonization process of Saudades Farm, located in the micro-region of Chapecó, in western Santa Catarina, during the first decades of

* Recebido em: 23.03.2021. Aprovado em: 25.04.2022.

** Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisadora/Colaboradora do Museu Formosa do Sul. *E-mail:* daiaifrigoo@gmail.com.

*** Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Unochapecó). Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Unochapecó. Colaboradora no Mestrado em História da UFFS. *E-mail:* mirianc@unochapeco.edu.br.

**** Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora na UFFS. *E-mail:* samira.moretto@uffs.edu.br.



the twentieth century. The methodology used comprised the analysis of different sources that deal with the settlement and colonization of the western region of Santa Catarina, based on theoretical precepts of Micro-history and a methodological perspective of Oral History, as a complementary analysis bias. The main result distributed through this research was identified a colonization model, which took place in other occupation centers in Western Santa Catarina, which aimed at the economic consolidation of the region, reflecting the capitalist model of space occupation. The definition of political borders, partition of the occupation of territories by social migrant groups, directly impacted on the construction of social structures, and on the relationships included with the groups that previously populated the territory, accentuating and imbalancing culturally, socially and economically, as development prospects regional.

Keywords: Colonization. Saudades Farm. West of Santa Catarina. Regional Development. Borders.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo colonizatório da Fazenda Saudades, localizada dentro da microrregião de Chapecó, no Oeste catarinense, durante as primeiras décadas do século XX, tendo como referência a atuação da Empresa Colonizadora Bertaso e outras empresas subcolonizadoras. A partir desse objetivo, busca-se investigar novos elementos sobre a história local e perceber como este processo se insere na construção da história regional e se interconecta a processos colonizatórios de outras regiões, especialmente no Sul do Brasil.

Para efeito de delimitação da área deste estudo, foi utilizada a terminologia atual de divisão microrregional do Brasil definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A mesorregião Oeste Catarinense é uma das seis mesorregiões do estado de Santa Catarina, que é formada pela união de 118 municípios agrupados em cinco microrregiões que são: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê.

A perspectiva de análise utilizada tem a Micro-história como base, observando os aspectos da delimitação geográfica, do povoamento do território e da construção das estruturas sociais – de acordo com as proposições de Giovanni Levi (1992), quando aponta a necessidade de observar os indícios tomando um contexto particular como ponto de partida em uma redução da escala de observação. A redução da escala de observação permite analisar a sociedade em suas bases, com dados que podem ser compatíveis em outros contextos, uma vez que os fragmentos da realidade apresentados para um contexto particular se conectam a outros contextos similares num movimento de intercâmbio com a macro-história.

A colonização no Sul do Brasil foi uma tarefa efetivada, em grande parte, pela atuação das companhias colonizadoras, empreendimentos comandados por pessoas influentes na sociedade da época e que buscavam, por meio da venda de terra em lotes para colonos dos antigos núcleos coloniais, especialmente no noroeste do Rio Grande do Sul, obter rendimentos e fomentar o processo migratório que traria o desenvolvimento social e econômico para territórios pouco povoados, como era o caso do sertão catarinense. Embora as terras que os colonos adquiriam fossem ocupadas por povos originários, como as populações indígenas Kaingang e Guarani, e pessoas de origem cabocla¹, havia a ideia de que esses grupos não contribuíam para o desenvolvimento do território.

1 O termo caboclo é utilizado aqui como identificação cultural e não biológica. Sinônimo de sertanejo ou brasileiro, o uso da terminologia pretende fazer referência aos pequenos produtores rurais do povoamento histórico brasileiro, caracterizado pela mistura racial do branco e do índio. Considerando a complexidade da gênese cabocla, Machado (2004, p. 48), destaca que a característica principal deste termo é distinguir uma condição cultural e social, ou seja, “[...] são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência [...]”.



A difusão da ideia de ‘sertão’, como espaço vazio, foi um artifício útil para justificar a ocupação de uma terra já habitada. No imaginário social, o ‘sertão’ catarinense ficou associado à ideia de caos, terra de bandido, barbárie, coronelismo e terra de ninguém (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 39).

O termo sertão já havia sido cunhado anteriormente e era empregado pelos portugueses desde o século XII, para referir-se a áreas distantes de Lisboa, ou para nomear possessões recém-conquistadas. No século XVIII começou a ser utilizado nas colônias, tendo se tornado sinônimo de interior no início do século XIX. Em termos de desenvolvimento, o sertão seria identificado como lugar de atraso e desordem, não civilizado (AMADO, 1995). Em Santa Catarina, a expressão era utilizada para referir-se ao Oeste do Estado, região escassamente povoada até meados do século XX.

A identificação da região Oeste como sertão, perpetuada por muito tempo, desconsiderava que o local havia sido povoado por grupos caçadores-coletores há pelo menos 11 mil anos (SCHMITZ, 2011) e, mais tarde, por grupos ceramistas desde pelo menos 2 mil anos até a chegada do homem branco (LOURDEAU *et al.*, 2016). Exploradores da floresta, esses grupos que ocuparam o território, antes mesmo das grandes navegações chegarem às Américas, tinham seu modo de vida estreitamente ligado ao meio ambiente.

Assim como o termo “sertão” era utilizado para definir o Oeste catarinense, aproxima-se da proposta de “wilderness”, apresentada na tese Federick Turner, em 1983 – em sua *Frontier Theses*. Turner conceitua a importância da fronteira na formação social dos Estados Unidos e criou um paradigma de interpretação sobre a ocupação de áreas remotas. Turner diagnosticou as áreas além das fronteiras estabelecidas com o termo “wilderness”, este que, numa tradução simples, pode ser entendido como “terra selvagem” (KNAUSS, 2004). Os sertões do Oeste catarinense eram ocupados, na realidade, por grupos indígenas e caboclos, que viviam cercados pela Mata Atlântica e as formações fitofisionomias da Floresta Ombrófila Mista e Ombrófila Densa (MORETTO; SILVA; BRANDT, 2018).

A densa floresta que ocupava o Oeste do estado era vista pelos governantes como um símbolo de barbárie. Imbuídos da necessidade de conquistar, ocupar e delimitar, os governantes de Santa Catarina se apropriaram do termo sertão – que definiram como um espaço que precisava progredir; assim, tal feito se daria com sucesso pela colonização, a qual requeria um tipo de agente humano tido como ideal, representado pelos descendentes de europeus, caracterizados como colonos trabalhadores e construtores de progresso (RENK, 2006a), de forma que “[...] a intenção governamental, avalizada por boa parte da intelectualidade e da opinião pública, era colonizar as terras com elementos de origem europeia” (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 36).

Os moradores do Oeste de Santa Catarina até a chegada dos descendentes de europeus eram os grupos Kaingang e Guarani, além dos caboclos. Estes grupos compartilhavam:

[...] uma percepção de mundo muitas vezes divergente à dos imigrantes de origem europeia, que colonizaram o Sul do Brasil desde o século XIX, principalmente alemães, italianos e poloneses, com valores fundamentados na propriedade privada, na família patriarcal e com diferenciada relação de trabalho (SILVA; VALENTINI; MORETTO, 2020, p. 60-1).

Cabe destacar, também, que tanto os grupos Kaingang e Guarani quanto os caboclos não tinham a regulamentação da terra sob a qual viviam e sobreviviam, o que durante o processo de colonização tornou-se motivo para conflitos envolvendo a posse e o direito sobre a terra.

Os incentivos governamentais para a vinda dos migrantes objetivando ganhos agregados à movimentação da economia dos estados, traçaram uma fronteira social, em que o



colonizador, descendente de europeu foi enaltecido e “adjetivado de progressista, ordeiro, trabalhador” (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 35) e as populações Kaingang, Guarani e caboclas seriam o contrário, desmerecidas no que tange a serem agentes capazes de desenvolvimento econômico e social para a região. Essa fronteira social se tornou um aspecto marcante do desenvolvimento regional, uma vez que, sendo reforçado a partir de meados do século XX durante o processo de colonização, se estende até a contemporaneidade.

A Fazenda Saudades entrou nessa lógica de recebimento dos imigrantes/migrantes e na expulsão dos grupos que ocupavam a região, uma vez que o modo de vida destes grupos confrontava diretamente os interesses das elites e seu desejo de modernização, que sanaria o que consideravam escassez de povoamento e atraso em termos de desenvolvimento socioeconômico.

As terras da antiga Fazenda Saudades estavam situadas nos Campos de Palmas – na atualidade parte do território dos municípios² de Formosa do Sul, Quilombo, Irati, Santiago do Sul, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, São Bernardino, Jupiá, Galvão, Coronel Martins e São Domingos, localizados no Oeste do estado de Santa Catarina.

Para evidenciar questões relacionadas à delimitação, ao povoamento e à construção das estruturas sociais nesta região, assim como o processo de colonização e exploração das terras, foram analisados os mapas históricos do território em estudo, registros e escrituras de compra e venda de terras salvaguardados no acervo do Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM/Unochapecó) e fontes orais, por meio do depoimento de antigos moradores que com seus relatos colocam em evidência representações e memórias do processo de colonização no Oeste catarinense.

A História Oral se mostrou um importante instrumento da presente pesquisa, uma vez que as entrevistas possibilitaram construir uma postura com relação às dinâmicas socioculturais e à historiografia “que privilegia a *recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu*” (ALBERTI, 1990, p. 5, grifo do autor). Tal ação foi desencadeada tanto pelo entrevistado, fazendo sua narrativa, quanto pelo entrevistador, o que instigou o outro a falar sobre determinados fatos de suas experiências e sobre elas, inserindo sua interpretação, considerando as percepções que tem, no presente, do que foi vivido no passado. Neste trabalho, as entrevistas foram fundamentais para entender a demarcação da área estudada e o papel de alguns grupos no processo de colonização.

Este trabalho vem ao encontro de outros estudos, como os de Seyferth (1986) sobre a imigração, colonização e identidade étnica no Sul do Brasil, e pesquisas regionais mais recentes como as de Renk (2006a) sobre o contato entre colonos de origem e caboclos, e as de Nodari (2009) sobre a migração e as relações de grupos étnicos da região de Chapecó. Além destes que foram citados, diversos estudos e pesquisas realizadas por instituições como o CEOM/UNOCHAPECÓ contribuem para o registro de histórias e memórias sobre o povoamento e as dinâmicas de interação e construção social no Oeste catarinense.

A COLONIZAÇÃO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL

A transição do século XIX para o século XX é palco de muitos debates e opiniões sobre a questão da ocupação das terras brasileiras, enfatizando qual seria o potencial econômico numa proposta de modernização do país. Prevalecendo os debates que compreendem o Brasil como um território de “vocação agrícola” (RADIN, 2009), o curso de desenvolvimento ideal foi traçado rumo ao processo de expansão capitalista. Empreender tal tarefa, no entanto,

2 Os dados que levaram a sugerir essa composição de municípios como sendo o território da antiga Fazenda Saudades tiveram como base os dados disponíveis em estudos de Renk (2006a), Vicenzi (2008) e os indícios encontrados no Acervo da Colonizadora Bertaso, disponível em CEOM/UNOCHAPECÓ, ([19-?]a, [19-?]b, [19-?]c, [19-?]d, [19-?]e), bem como a Planta da Fazenda Saudades, que consta no Acervo da Família Piccoli (1955).



exigia potencial humano condizente, com capacidade para o manejo agrícola e condições de explorar a produção comercialmente, movimentando a economia.

De acordo com Seyferth (1986) a imigração nos estados do Sul diferia da imigração para São Paulo. Enquanto os imigrantes que chegavam a São Paulo vinham para trabalhar nas fazendas de café, os imigrantes que chegavam ao Sul vinham para o povoamento da região e o trabalho na agricultura, para produção de alimentos básicos para o país, com regime de cultivo embasado na policultura e no trabalho familiar, constituindo, assim, a pequena propriedade produtiva.

Nesse período, como já citado, a região de fronteira no Sul do Brasil era considerada território vazio e não produtivo, sertão despovoado. Conforme discorre Heinsfeld (2015, p. 26): “[...] as fronteiras apresentam-se na história nacional como áreas vulneráveis, sendo uma fonte de preocupação constante, lugar onde a questão da soberania é imprescindível”. Como ponto de equilíbrio, o espaço de fronteira deveria oferecer segurança, de forma que sua ação dependeria da “[...] vitalidade do núcleo geo-histórico e dos grupos humanos que possuem interesse na zona de fronteira” (HEINSFELD, 2015, p. 29).

Considerando a fronteira como esse espaço de coesão, de uma unidade político-territorial, as autoridades brasileiras não vislumbravam povos indígenas e caboclos, que ocupavam essa porção do território, como contingente populacional capaz de empreender a tarefa de proteção, modernização e desenvolvimento econômico na região de fronteira. De acordo com Radin (2009), tal representação desconsiderava o caboclo e não reconhecia seu modo de vida mesmo sob o ponto de vista de que seria este o legítimo brasileiro.

Nesse cenário, torna-se crucial compreender como o espaço geográfico regional fronteiriço passou por adaptações a partir do momento em que ocorreu a redefinição da questão agrária no Brasil (Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras). O reordenamento da posse da terra, incluindo também a disputa de limites relacionado a suas fronteiras com outros países, ganhou destaque no sertão ainda por modernizar-se. Com a clara finalidade de delimitação de suas fronteiras em relação aos países vizinhos, o povoamento da região Oeste catarinense destaca-se como “lugar de alteridade”, onde há o encontro dos diferentes, que se reconhecem na medida em que reconhecem os outros e conferem as fronteiras do Brasil, um fator sociologicamente relevante, que é a situação de conflito social e “desencontro de temporalidades históricas” (MARTINS, 1997).

De acordo com Seyferth (1986, p. 59), o incentivo à colonização com elementos europeus surge como opção governamental em consequência de preocupações à formação da população brasileira e o “desenvolvimento do país como nação (ocidental) branca, voltada para a Europa”. A chamada “tese do branqueamento” concebida dentro dos moldes de uma “democracia racial” somente tem sentido se for acompanhada de uma política imigratória que privilegie a imigração europeia.

Na tentativa de fazer da imigração um instrumento de progresso da nação, foi incentivada a vinda de europeus que chegaram ao Brasil em meados do século XIX, tratando-se especialmente de italianos, alemães e poloneses. Os descendentes de imigrantes europeus que chegaram ao Rio Grande do Sul foram instalados, principalmente, em áreas que atualmente são identificadas como antigas colônias (NODARI, 2009). Os imigrantes foram assentados em áreas de povoamento incipiente no estado gaúcho que, com o rápido crescimento das famílias, geralmente com muitos filhos, logo teve a necessidade de mais terras para assegurar a sobrevivência de seus descendentes. Dado o crescimento demográfico, o esgotamento do solo e a carência de terras para cultivo, os descendentes de imigrantes das antigas colônias migraram, deslocando-se principalmente para o Noroeste gaúcho.

Com o advento do século XX, a propriedade rural passou a ter valor capital, e ser considerada como um bem (patrimônio), de forma que ter acesso a ela não significava somente



trabalho e sustento, mas acúmulo de capital, com a finalidade de desenvolvimento econômico e social. Partindo de uma visão subjetiva, Woortmann (1988, p. 15) sugere que as estruturas sociais, especialmente no sul do Brasil são marcadas por um caráter mais holista, no qual “a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família”. Ou seja, além de um recurso natural, a terra se configura, também, como recurso sociocultural.

Renk (2006b, p. 46), em uma análise das percepções dos diferentes grupos sociais, indica que, no período anterior à colonização, a terra “[...] sempre foi apresentada como abundante e sem concorrência [...] não era vista como mercadoria nem como patrimônio moral”, uma vez que tudo pertencia ao Estado e aos seus habitantes, sendo a forma mais costumeira de apropriação a posse. Dessa forma, regulamentações como a Lei de Terras, que apresentavam “entraves burocráticos” e exigiam “condições culturais para o conhecimento dessa estrutura” (POLI, 2006, p. 164), impuseram novos padrões de acesso à terra pelos diferentes grupos sociais, bem como novas relações com a construção do patrimônio.

Nos padrões de herança camponesa, era necessário garantir que toda a unidade familiar se beneficiasse do patrimônio da família, sendo comum a distribuição da herança dos pais para os filhos. Em muitos casos, o pai de família se colocava na condição de prover esse patrimônio aos filhos. Em outras situações, os filhos deveriam buscar melhores condições após contraírem o matrimônio e, assim, iniciar uma nova unidade familiar. Não raramente, as famílias tradicionais consideravam como obrigação a concessão de terras somente aos filhos homens, enquanto as filhas mulheres recebiam como herança um dote, geralmente bens de menor valor, como itens para a casa, roupas, entre outros, ou, ainda, pequenas porções de terra.

Assim, situações envolvendo a migração e a distribuição de herança aos descendentes foram muito comuns na primeira metade do século XX, pois, com o esgotamento das terras no Rio Grande do Sul, a expansão colonial agrícola se deslocou para novas fronteiras:

As famílias numerosas eram alvo das colonizadoras, e podem ser apontadas até certo ponto como uma das causas da migração das colônias velhas do Rio Grande do Sul, para as novas terras em Santa Catarina. No Oeste, ainda era possível a compra de glebas de terras contíguas, o que permitia que as famílias permanecessem unidas, o que já não estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, onde as famílias tinham que se separar, pela falta de áreas perto dos pais (NODARI, 2002, p. 38).

Esse movimento gera uma expansão caracterizada como um fluxo migratório, traço marcante das sociedades do século XX, que envolve fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens (HANNERZ, 1997). Esses fluxos migratórios são compreendidos aqui como parte do movimento de modernização do Estado-nação, de forma que um grupo conduz o outro no movimento de expansão buscando acompanhar os processos de consolidação do Estado nacional e povoamento efetivo de todos os espaços. Povos originários como os grupos Kaingang e Guarani, sertanejos e caboclos são pressionados por esses fluxos de expansão, movidos pelos descendentes de europeus, o que se intensifica em direção ao Oeste do país, ao longo do século XX.

AS CONCESSÕES DE TERRAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O movimento de expansão sugerido por Hannerz (1997) é o elemento motivador que induz a ocupação de regiões de povoação incipiente no Oeste e meio Oeste catarinense. Essa expansão ocorre, especialmente, a partir da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, sob direção da Brazil Railway Company, cujo trecho catarinense foi construído entre 1908 e 1910, ao longo do Vale do Rio do Peixe. Como contrapartida pela construção da ferrovia,



a Brazil Railway Company recebeu a garantia dos juros pelo capital investido e a concessão para explorar as terras às margens da rodovia.

A Brazil Railway Company era uma das empresas do americano Percival Farquhar (1864-1953), que desenvolveu diversas atividades no Brasil, incluindo além da Brazil Railway Company, criada em 1906, outras 38 empresas subsidiárias, entre elas a Brazil Development & Colonization Company, responsável pela apropriação às margens da ferrovia ao longo do Vale do Rio do Peixe e pela colonização (CARVALHO, 2010).

No período de indefinição de divisas entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, ao longo do trecho da ferrovia já haviam títulos expedidos, não sendo possível o cumprimento de toda concessão, de forma que o Governo do Paraná resolveu “[...] titular aos norte-americanos de preferência as glebas de terras que provavelmente passariam para a administração catarinense” (WACHOWICZ, 1984, p. 142), sendo tituladas várias glebas para Brazil Railway Company, no Oeste catarinense, já que, ao longo da ferrovia, alguns trechos tinham títulos expedidos em períodos anteriores.

Os contratos entre o poder estatal e a empresa de colonização estrangeira, para além das concessões envolveram o “pagamento em terras devolutas pela construção de estradas” (SILVA, 1983, p. 43). A partir desses dados, é possível sugerir que a concessão Rio Saudade, no Oeste catarinense, da qual fazia parte a Fazenda Saudades, tenha sido obtida pela Brazil Development & Colonization Company como pagamento pela construção de estradas ou em substituição de áreas de terras já tituladas ao longo do Vale do Rio do Peixe.

A cópia de um Título de Transmissão de Imóvel encontrado no Acervo da Colonizadora Bertaso, salvaguardado no acervo do CEOM/UNOCHAPECÓ reforça essa hipótese. O documento indica que o Governo do Estado do Paraná, em pagamento de compensação devida, repassa para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, uma área de 1.506.907.000 m² em Chapecó. O referido título de transmissão indica que a concessão estadual tem como data do despacho 11 de fevereiro de 1908, sendo a transmissão- do imóvel efetivada oficialmente em 31 de agosto de 1917.

Após ter sido solucionada a questão da divisa com o estado do Paraná, o então Governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, emitiu uma ordem de confirmação e registro das concessões feitas pelo estado do Paraná, ao mesmo tempo em que emitiu ordem para concessões a empresas. Dessa forma, a concessão feita pelo Governo do Estado do Paraná, em 1917, à empresa norte-americana é revalidada pelo Governo Catarinense.

Conforme certidão que consta no Acervo da Colonizadora Bertaso, disponível no CEOM/UNOCHAPECÓ, o estado de Santa Catarina transmite, ou seja, revalida, a Brazil Development & Colonization Company área de terras:

[...] no lugar Rio Saudades, 2^a gleba no distrito de Campo Erê, neste Município com a área superficial de novecentos e treze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e quatro metros quadrados (913.634.804 m²) (CEOM/UNOCHAPECÓ, [19-?]b).

Essa concessão estaria entre as terras repassadas a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, pelo Governo do Paraná em 1917, fazendo parte da área de 1.506.907.000 m² anteriormente citada. Para efetivamente colonizar o território, a empresa estrangeira repassou as concessões a outras empresas privadas. A concessão Rio Saudades foi repassada, em 11 de fevereiro de 1926, a Ernesto Francisco Bertaso e a Manoel Passos Maia.

A partir desse cenário, observa-se que as empresas de colonização cumprem a tarefa de atender à demanda, rumo ao povoamento e desenvolvimento econômico da fronteira catarinense, favorecendo a especulação empresarial e a conseqüente produção de desigualdades sociais, estas que, em muitas localidades, têm reflexos na contemporaneidade. Vastas extensões



de terras foram distribuídas a um seleto grupo de empresários com afinidades políticas em um pequeno círculo de contatos políticos e comerciais, “[...] permitindo o estabelecimento de grandes porções de terras nas mãos de poucos particulares” (SILVA, 1983, p. 55).

Renk (2006a) destaca que a colonização representa uma mudança relativamente acelerada, marcada por duas importantes forças que permitem seu desenvolvimento. De um lado, havia os interesses do estado e das companhias colonizadoras, buscando a rentabilidade do que consideravam empreendimento; de outro lado, a grande força que permitiu que o processo ocorresse, os colonos migrantes, agricultores que migraram com base na crença positiva de serem agricultores. Contudo, ainda que as colonizadoras tivessem recursos, influência e capacidade de recrutamento em várias regiões, foi a gana do migrante agricultor que conferiu sentido à empreitada da colonização.

Gregory (2002, p. 28), em seus estudos sobre a colonização, destaca que ela “[...] aconteceu com colonos e por causa deles. Foram eles, embora conduzidos e acompanhados, que realizaram, em última instância, a tarefa de colonizar”. De acordo com o autor, colonizadores são os “[...] empreendedores privados ou funcionários da atividade pública [...], e colonos são os camponeses que adquirem lotes de terra agrícola para cultivá-la”. Ao adquirir terras o colono é forçado, ou mesmo deseja entrar no mundo mercantil, produzindo e, ao mesmo tempo, consumindo na dinâmica capitalista.

Dessa forma, as concessões e a compra de terras dinamizaram, além do povoamento do território, o desenvolvimento econômico e social da região, um interesse do Estado e das empresas privadas. Esse fenômeno remete ao modelo de desenvolvimento econômico próprio do capitalismo, com base em produtividade, acúmulo de capital e progresso técnico, o que implica mudanças que foram percebidas com maior ou menor intensidade pela população dos grandes centros e, posteriormente, pelas zonas mais afastadas, como a região Oeste catarinense.

Consequências nocivas desse processo levaram à marginalização de caboclos e das populações Kaingang e Guarani que povoavam a região muitos anos antes da colonização. Dois fatores podem ser destacados que levaram a essa situação. Por um lado, a falta de condições socioculturais por parte de caboclos e dos Kaingang e Guarani para se adaptar à nova dinâmica estabelecida; por outro, a inexistência de qualquer política sociogovernamental de assistência para a inclusão e adaptação dos grupos menos favorecidos. Nesse ponto, reside um intenso debate envolvendo o percurso histórico dos processos colonizatórios, as condições de acesso à terra, as políticas de inclusão social e o impacto sobre as diferentes classes sociais no Brasil.

A FAZENDA SAUDADES NO ESPAÇO REGIONAL DO OESTE CATARINENSE

A dinâmica de distribuição de terras no Brasil, passou por grandes inovações, introduzidas com a Lei de Terras e suas regulamentações. Nesse sentido, a estrutura fundiária passou por um processo de legalização que levou vastas extensões das “fazendas de criar” e “terras de cultura” (RENK, 2006a) dos antigos Campos de Palmas à regularização por proprietários de terras e posseiros.

Conforme regulamentação da época, o registro de terras ocupadas ou obtidas por concessão deveria ser efetuado nas freguesias, com o registro pelos vigários em livro próprio. As terras registradas passariam por um processo de demarcação, o qual, como se sugere, aconteceria sem precisão topográfica, uma vez que profissionais como agrimensores, topógrafos e engenheiros, para tal feito, ainda eram raros de ser encontrados no Brasil. Dessa forma, a extensão de terra a ser registrada tinha como base a dimensão territorial apresentada pelo requerente da posse, abrindo brechas para processos de concentração fundiária (MOTTA, 1998).

Se, por um lado, antigos posseiros e proprietários de terras regularizavam suas posses, em outra frente atuavam as empresas privadas de colonização. Nesse sentido, uma das empresas



privadas de colonização mais significativas para este estudo foi a Companhia Colonizadora Bertaso, que adquiriu significativas áreas de terras entre 1918 e 1950, especialmente no Oeste catarinense (VICENZI, 2008).

A atuação de empresas privadas pode ser observada na Figura 1, que indica a presença das companhias colonizadoras no Oeste e meio Oeste catarinense. A Fazenda Saudades que é objeto deste estudo (Figura 1), consta como sendo de posse da Brazil Development & Colonization Co. (PIAZZA, 1994).



Figura 1: Mapa da ocupação do Extremo e Meio Oeste de Santa Catarina

Nota: áreas de atuação das companhias colonizadoras. Em destaque, na cor cinza, a Fazenda Saudades.

Fonte: adaptada de Piazza (1994).

Considerando o mapa de Piazza, os dados de concessões de terras e de antigos mapas encontrados, sugere-se que, pela extensão territorial, a Fazenda Saudades, com 108.900.000 m² (VICENZI, 2008), seria parte de uma gleba intitulada Rio Saudades, com 913.634.804 m². A hipótese apresentada aqui sugere que a gleba Rio Saudades tenha sido desmembrada em fazendas ou lotes e comercializada em partes menores, por Ernesto Francisco Bertaso para subcolonizadores. Assim, de forma a compreender o território descrito pelo contrato acima detalhado, dois mapas foram utilizados como base. Um deles é o mapa da Fazenda Saudades pertencente a Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda (CEOM/UNO-CHAPECÓ, [19-?]e); outro é a Planta de Divisão de parte da propriedade Rio Saudades, vendida pela Brazil Development & Colonization CY para Diversos (ACERVO FAMÍLIA PICCOLI, 1955).

A Planta de Divisão de parte da propriedade Rio Saudades, de posse da Família Piccoli, uma vez que Augusto Piccoli foi um antigo vendedor de terras da referida Fazenda, apresenta informações importantes para compreender o processo colonizatório dessa região, com a indicação dos nomes de compradores de terras, que também constam no Livro Caixa das

Terras escrituradas na Fazenda Saudades, disponível em CEOM/UNOCHAPECÓ ([19-?]d). Os contratos teriam sido feitos em 30 de outubro de 1927, mas existem registros de pagamento das terras da Fazenda Saudades em datas anteriores, uma vez que somente após efetuado o pagamento seria realizada a escritura pública. Dessa forma, observa-se que, antes mesmo de finalizar a aquisição da concessão, junto a Brazil Development & Colonization Company, a empresa de Ernesto Bertaso e Manoel Passos Maia já realizava termos de compromisso de compra e venda de terras, com pagamento em parcelas e escrituração na quitação dos pagamentos.

De acordo com a Planta da Fazenda Saudades e as informações do Livro Caixa, os compradores de terras seriam: Giacobbe Corso, João Cella, Giordano Dall’Bianco, Albino Pasquali, Lourenço Pasquali, João Pasquali, do município de Guaporé/RS. Marafon Irmãos, Henrique Lenzi, José Carlos Calliari, Alberto Peruzzo, Achylles Gabriel, do município de nova Prata/RS. Eugenio Giongo, Emílio Tedesco Sobrinho, Domingos Baldi, Celeste Manteli e Maximo Ferri, Augusto Pasquali e Irmãos, do município de Bento Gonçalves/RS. Matteo Dall’Agnol, Pedro Farenzena, José Scalco, Emílio Donati, João Baptista Turra, Reinaldo Gehring, João Lago, Guilherme e Sylvio Giordani, do município de Alfredo Chaves/RS. No Mapa, aparece ainda o nome de Eugenio Betio.

Além dos dados sobre compradores de terras, documentos encontrados remetem à presença de antigos moradores na região a ser colonizada. Correspondência (CEOM/UNOCHAPECÓ, [19-?]c) trocada entre o engenheiro Wandick Ribeiro Guimarães, Diretor da Superintendência do Acervo da Brazil Railway Company e Empresas Dependentes e o Sr. Ernesto F. Bertaso indica que Bertaso teria solicitado, para a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, providências em relação aos “intrusos” na Fazenda Saudades. Os intrusos indicados seriam posseiros que alegavam ter terras anteriormente tituladas na área “Saudades”.

Nos mapas pesquisados (CEOM/UNOCHAPECÓ, [19-?]e; ACERVO FAMÍLIA PICCOLI, 1955), nas proximidades dos rios são apresentados nomes que provavelmente indicam antigos moradores com terras já tituladas ou pequenos posseiros, sendo eles: Juca Moreira³, Velho Chico, Alípio, Antonio Bilico, João Serafim, Velho Bilico, Americo Oliveira, Pedro Bleia, Zacarias Ferreira, José Luz, Julio Maia, Antonio Nicolau, Julio Nunes, Luíz Vacariano.

Em outros documentos presentes no acervo da Colonizadora Bertaso, disponível em CEOM/UNOCHAPECÓ, ([19-?]a, [19-?]b), nota-se que parte das terras da Fazenda Saudades estaria titulada sob posse de Elias Ferreira Pacheco, Feliciano Ferreira Pinto, Pedro Ferreira Bello, Luiz Lustoza de Souza Menezes, Francisco Araujo Pimpão, Sansão Antonio Carneiro. A área em que estariam situadas estas propriedades, corresponderia ao território dos municípios de Coronel Martins, Galvão e Jupiá atualmente. Essas informações demonstram como a ocupação e posse das terras ocorreu por diferentes grupos sociais, em distintas formas, por compra, titulação ou posse, ficando clara a presença de moradores na região antes mesmo do processo de venda de terras e a colonização pelas empresas privadas.

De forma a complementar as informações pesquisadas e com base no Sistema de Referência Geodésico para as Américas (SIRGAS), foi elaborado um mapa (Figura 2) para ilustrar dados sobre os limites territoriais aproximados da concessão Rio Saudades, dentro da qual estaria a Fazenda Saudades, englobando 12 municípios que teriam parcela de seus territórios atuais na respectiva Fazenda. O mapa foi elaborado com base no curso do Rio Três Voltas e o Rio Saudades.

3 Juca Moreira é um dos nomes citados na entrevista realizada com Luiz S. e Genuíno S., como sendo um caboclo com terras tituladas na região de Barra Grande, atual município de Santiago do Sul.



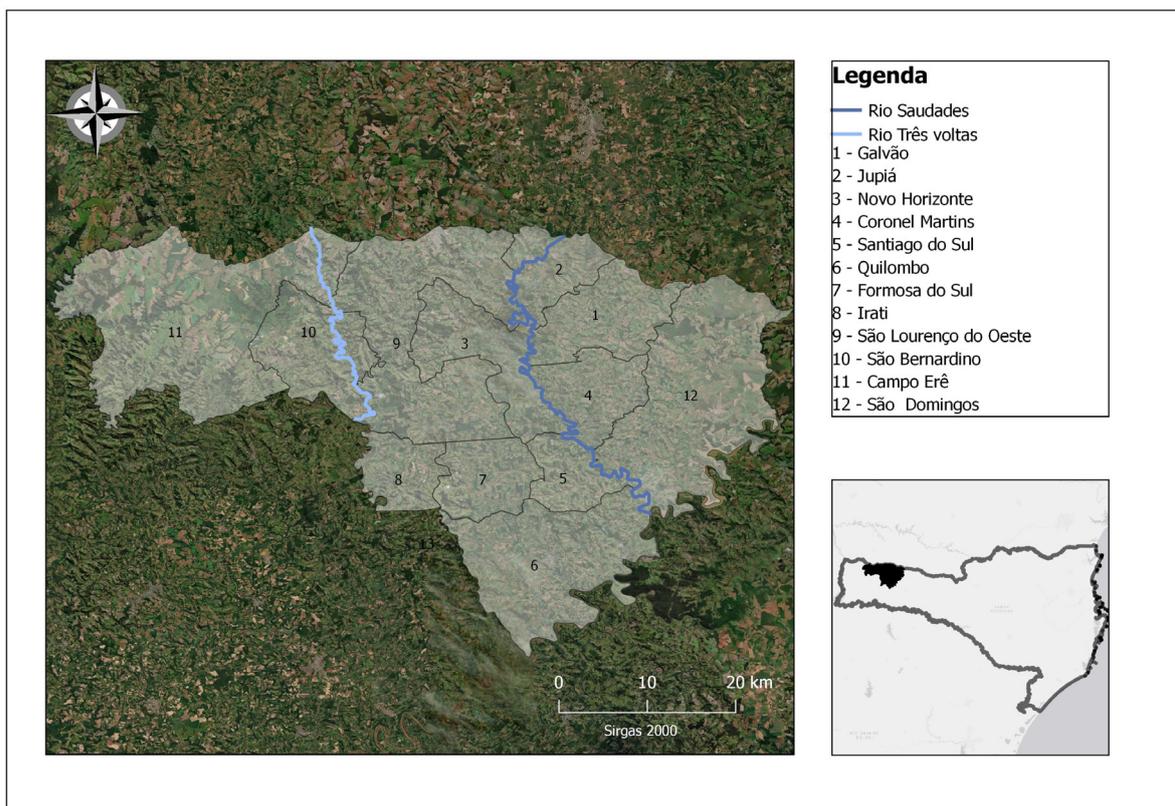


Figura 2: Mapa dos 12 municípios entre o curso do Rio Três Voltas e do Rio Saudades

Nota: desenho de Veridiane Felippi Chiela e edição de Aline Bertoncello.

Fonte: AMOSC/AMNOROESTE (2018).

Os mapas nas Figuras 1 e 2, assim como os dados apresentados, indicam algumas características importantes do processo de colonização da região. Mesmo havendo um detalhamento maior no sentido de identificar compradores de terras (possivelmente descendentes de europeus, vindos do Rio Grande do Sul), os mapas e dados encontrados deixam indicativos importantes sobre a presença de antigos posseiros na região, inferindo-se que sejam os caboclos do povoamento histórico regional. As dinâmicas que envolveram os contatos interétnicos destes grupos estão presentes nas memórias de antigos moradores que, muitas vezes, não trazem a compreensão geográfica das dinâmicas de colonização, mas contribuem de forma significativa para perceber as dinâmicas socioculturais desse período.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NAS MEMÓRIAS DE ANTIGOS MORADORES

Além da compreensão geográfica do território em estudo, outro ponto que merece destaque são as características adotadas pelas empresas colonizadoras para o sucesso de seus empreendimentos. De forma a facilitar a colonização das terras, as empresas criavam novas colonizadoras ou passavam a tarefa a subcolonizadores, seja pela venda das terras, seja mercantilização por meio de representantes. Essa hipótese é reforçada pela presença de mapas de terras da Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda, a qual, conforme indicativos, foi criada pela Empresa Colonizadora Bertaso para efetivar a colonização em parte do território da Fazenda Saudades e tinha sede no município de São Lourenço do Oeste.

Em entrevista para a Rádio Doze de Maio, de São Lourenço do Oeste, Cairú Hack relata a trajetória de seu avô Guilherme Hack, que, na década de 1940, tomou conhecimento sobre o interesse de empresários de Chapecó em conseguir sócios para a Empresa

Colonizadora Industrial Saudades Ltda, que realizaria a venda das terras mais ao norte na Fazenda Saudades.

Os sócios até ali, todos compravam um lote de 35 cotas. O meu avô (Guilherme Hack) e o João Beux Sobrinho não tinham o dinheiro para comprar 35 cotas cada um e a sociedade, vendo que eram dois homens dispostos a virem para a região da colonizadora, abriram uma exceção e a soma das cotas do seu Guilherme com o seu João Beux é que deu 35 [...] dos 21 sócios que constituíram esta Colonizadora Saudades, somente dois vieram para a colonização. Então, o meu avô Guilherme veio. O cargo que ele foi indicado na época era de gerente do mato [...] (RÁDIO DOZE DE MAIO, 1995/1996).

O contrato de constituição da Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda, conforme dados apresentados por Cairú Hack na entrevista, descreve 21 sócios-fundadores:

[...] o engenheiro Serafim Enoss Bertaso, o médico Jaime Bertaso, o Sr. Paulo Pasquali, o Sr. Ermínio Ticiani, o Sr. João Ticiani, o Sr. Luis Colombi, o Sr. Marcos Arlindo Trombeta, Guilherme Ticiani, Dante Antonio Mottin, José Posser, Luis Marioti, Guilherme Sartori, Angelo Sartori, Agostinho Domingos Stefanelo, David Stefanelo, Olímpio Anacleto Stefanelo, Guilherme Leopoldo Pedro Hack, João Beux Sobrinho, Luis Menegatti, Edite Aida Mendes, Aquiles Tomazelli. São estes os nomes que constam do contrato social que nós temos em mãos aqui, que iria colonizar a região de Campo Erê, de São Lourenço do Oeste, no velho município de Chapecó (RÁDIO DOZE DE MAIO, 1995/1996).

Com base nesses dados, é possível constatar que o empreendimento da Empresa Colonizadora Industrial Saudades Ltda surge motivado pela Empresa de Ernesto Bertaso, devido a distância entre a Fazenda Saudades e a sede da colonizadora em Chapecó, ou seja, a dificuldade de vias de acesso trafegáveis tornou necessária a criação de uma nova empresa para o comércio de terras, o que atraiu inúmeros interessados.

Nesse sentido, observa-se que, reunindo diversos investidores, as glebas de terras oriundas de concessões passavam pelo processo de comercialização direta e indireta por diferentes agentes de colonização. A partir da venda e da demarcação, as fazendas foram assumindo “gradativamente novas delimitações geográficas, com divisas diversas às originais” (VICENZI, 2006, p, 306). Com essas informações, supõe-se que, na divisão territorial atual, os municípios que estariam relacionados aos limites da Fazenda Saudades possivelmente ampliaram seus territórios para além das terras da antiga Fazenda; sugere-se, ainda, que ocorreram negociações entre companhias colonizadoras na comercialização de terras.

Nos relatos dos entrevistados, algumas pessoas desconhecem a identificação da região com o nome Fazenda Saudades enquanto outras fazem menção a esta. No depoimento de Glória Cella, que se mudou para Formosa do Sul em 1953: “agora é Formosa, mas primeiro era Saudade” (MUSEU FORMOSA DO SUL, 2010). Em outro depoimento Maria P., que se mudou para a região por volta de 1942, indica: “[...] *tem a Saudade Velha e a Saudadinha. Na Saudade Velha, nós moramos acho que uns dois, três anos [...] Saudadinha é que vai pra São Domingos e Saudade Velha de Galvão pra baixo*” (P., Maria, 2018).

Conforme dados do mapa apresentado por Piazza (1994) indicando as Fazendas existentes nos campos de Palmas em 1916, às margens do Rio Saudades consta a indicação das Fazendas Saudades e Saudadinha, no que hoje compreenderiam às proximidades dos municípios de Galvão e São Domingos. Esse território ficaria próximo à concessão repassada pela Brazil Development & Colonization Company a Ernesto Francisco Bertaso, de forma que, dada sua proximidade geográfica, foram reunidos pela colonizadora em uma única Fazenda, com a nomenclatura “Saudades”.



No Acervo da Colonizadora Bertaso, foram encontradas outras informações que apresentam dados sobre a colonização da Fazenda Saudades, na Correspondência remetida pela Firma Marafon e Irmãos de Nova Bassano para Ernesto Francisco Bertaso, em 17 de maio de 1939. Na carta, a Firma Marafon fala sobre a organização da venda de terras da Fazenda Saudades e da intenção de Ernesto Francisco Bertaso em “organizar uma empresa” para realizar a venda (CEOM/UNOCHAPECÓ, [19-?]c).

As relações de compadrio, assim como a criação de subcolonizadoras ou a contratação de pessoas para venda de terras, era comum naquele período, principalmente, devido a distância entre a sede das empresas que ficavam no Rio Grande do Sul e à localização das Fazendas em Santa Catarina. Em uma conversa informal, com o Sr. Euzébio Stuaní, que atuou como topógrafo na Colonizadora Bertaso, ele relata que, na região de São Lourenço do Oeste, a regularização de escrituras e venda de lotes era intermediada pelo Sr. José Janczeski, devido a distância de Chapecó onde ficava o escritório da colonizadora. A dificuldade de locomoção e de comunicação faziam necessárias estratégias que viabilizassem uma melhor administração, terceirizando serviços ou buscando novas sociedades.

Com essas informações, é possível observar que a Colonizadora Bertaso e as subcolonizadoras que surgiram posteriormente realizavam a venda de terras com intermediários tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. Em muitos relatos, os vendedores que atuavam no Rio Grande do Sul são citados como velhos conhecidos das famílias, inclusive vizinhos, que haviam sido contratados justamente nos territórios do noroeste gaúcho, em que as famílias enfrentavam dificuldades de subsistência. A venda de terras, mesmo sem conhecimento do espaço *in loco*, quando intermediada por uma pessoa conhecida, um “propagandista” (RENK, 2006a, p. 69), transmitia maior segurança para realização do negócio, o que, não raras vezes, atraiu grandes grupos de famílias e membros de uma mesma comunidade para residir nas terras em Santa Catarina.

Em Formosa do Sul, conforme relato de Ademírio C., as terras foram adquiridas pela família na década de 1950, através de mapa por meio de um vendedor de confiança, vizinho da família em Nova Prata/RS: “[...] nós compramos direto do (Fortunato) Marafon, isso lá no Rio Grande (RS). Foi comprado, pago lá; nem sabia onde estavam as terras aqui [...]. Outro vendedor aqui era o (Augusto) Picolli” (C., Ademírio, 2018).

Na entrevista com Luiz S. e Genuíno S., ambos relatam a “compra da terra na escura” (S., Luis; S., Genuíno., 2018) quando residiam no Rio Grande do Sul em 1950, indicando que, ao se mudarem, as terras da Colonizadora Bertaso no atual município de Quilombo, faziam divisa com a antiga Fazenda Saudades, no atual município de Santiago do Sul.

Sobre os contatos interétnicos, em entrevista a Luís R. e Rosalina R., que migraram para a comunidade de L^a Planalto/São Lourenço do Oeste no ano de 1967, o casal relata dados importantes sobre a compra da terra e a presença de “intrusos”: “[...] o tio era lá de São Valentim, Rio Grande [...]. Ele comprou essa terra [SC] e não veio morar. Então, naquele tempo, lá entravam os intrusos e colocavam um ranchinho” (R., Luís; R., Rosalina, 2018).

Como apresenta o depoimento, as terras seriam passíveis de invasão por intrusos, quando não estivessem sendo utilizadas pelos donos. Mesmo com a “limpeza da área” pelas companhias colonizadoras, era comum encontrar posseiros no território do Oeste catarinense, dado o histórico de ocupação do sertão pelos caboclos, que “passou a ser visto como um intrusamento, isto é, uma ocupação ilegítima” (RENK, 2006a, p. 120) a partir do processo de colonização.

Com esses dados, observam-se as dinâmicas de constituição da antiga Fazenda Saudades, no espaço regional do Oeste catarinense e perspectivas de interação que, de forma significativa, também contribuem para a construção da história regional e para entender as relações numa região de fronteira. As práticas adotadas pelas colonizadoras, assim como as



novas delimitações territoriais que as comunidades foram tomando, revelam dinâmicas de interação com o espaço e fluxos de capital, trabalho, mercadorias, informações e imagens, consolidando fronteiras e contribuindo para o processo de povoamento e modernização do Estado-nação. Nesse mesmo sentido, as memórias de antigos moradores, assim como fontes documentais do período colonizatório, revelam múltiplas narrativas que permitem refletir sobre o presente, percebendo a formação das estruturas sociais como uma construção histórica, repleta de trocas, embates e adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo colonizatório da antiga Fazenda Saudades na microrregião de Chapecó, Oeste catarinense, revela alguns aspectos do processo de formação das estruturas sociais, no Sul do Brasil. O modelo de colonização contribuiu para consolidar a vocação econômica da região, relacionada à agricultura e agropecuária, com base no trabalho familiar e no cooperativismo, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e reconfigurando a ocupação do território. A floresta considerada pelo Estado desabitada e sinônimo de sertão foi transformada rapidamente, principalmente na primeira metade do século XX, com a chegada dos colonizadores que provocaram mudanças aceleradas na paisagem regional.

A ocupação da antiga Fazenda Saudades e a atuação da Empresa Colonizadora Bertaso, assim como empresas subcolonizadoras, refletem um modelo de ocupação capitalista do espaço. Os colonizadores, que viviam de acordo com o modelo de agricultura familiar em pequenas propriedades foram considerados ideais, pois obtinham seu sustento da terra que era considerada como patrimônio; ademais, unidos aos interesses da iniciativa privada e do Estado, eles promoveram o desenvolvimento do sertão catarinense e impulsionaram o crescimento econômico de diversas regiões no Sul do país, levado a cabo desde fins do século XIX.

As populações Kaingang e Guarani e os caboclos, que historicamente povoavam a região foram expulsas de suas terras e pressionadas a irem para outras regiões, ou a viverem em áreas de pouco valor para os colonizadores, em beiras de rios, ou, ainda, como agregados das famílias colonizadoras. Essas situações levaram esses grupos, em sua grande maioria, a viverem em condições de vulnerabilidade social e a terem políticas de assistência somente na história mais recente, com programas de habitação e desenvolvimento social.

A formação territorial e o povoamento nessa região, analisados em paralelo com documentos históricos e fontes orais, evidenciam o impacto causado pela definição das fronteiras territoriais na construção das estruturas sociais, com a formação das comunidades e dos municípios, assim como fronteiras sociais entre os grupos que povoaram o território, distinguindo colonizadores e intrusos, ou seja, descendentes de europeus e os povos originários, caboclos, Kaingang e Guarani, o que marca profundamente a construção do cenário social da região, acentuando e desequilibrando as perspectivas de desenvolvimento entre os grupos sociais.

Tendo em vista os aspectos observados, este trabalho procura contribuir também para se pensar em termos de região Oeste catarinense, considerando o desenvolvimento socioeconômico e a formação das estruturas sociais a partir de meados do século XX, compreendendo que estruturas sociais em um contexto particular levam a conhecer, de forma mais ampla, grandes transformações históricas; neste caso, a transformação provocada pelo movimento de expansão colonial, pelo povoamento e pela modernização no Sul do Brasil.



REFERÊNCIAS

- ACERVO FAMÍLIA PICCOLI. *Planta da Fazenda Saudades, denominada como parte da propriedade Rio Saudades*. Copiada do original em 1955. 1 mapa. Escala 1: 40.000. Formosa do Sul, 1955.
- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Revista Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA. *Mapa dos doze municípios entre o curso dos rios Três Voltas e Saudades*. Chapecó: MOSC/AMNOROESTE, 2018. 1 mapa. Escala 1: 8.000. Formato JPEG. 13 abr. 2018.
- C., Ademírio J. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 maio 2018.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma Grande Empresa em Meio à Floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE/UNOCHAPECÓ. *Caixa 03 – Pasta 0913, Caixa 07 – Pasta 08*. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó, [19-?]a.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE/UNOCHAPECÓ. *Caixa 07 – Pasta 08*. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó, [19-?]b.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE/UNOCHAPECÓ. *Correspondências*. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó, [19-?]c.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE/UNOCHAPECÓ. *Livro Caixa das Terras escrituradas na Fazenda Saudades – Caixa 01*. Acervo da Colonizadora Bertaso. Chapecó, [19-?]d.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE/UNOCHAPECÓ. *Mapa da Fazenda Saudades pertencente a Empresa Colonizadora e Industrial Saudades Ltda*. Acervo da Colonizadora Bertaso. 1 mapa. Escala 1: 40.000. Chapecó, [19-?]e.
- GREGORY, Valdir. *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 1, n. 3, p. 7-39, abr. 1997.
- HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceituação. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (org.) *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida, Chapecó, UFFS, 2015. p. 25-42.
- KNAUSS, Paulo (org.). *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*. Niterói: Eduff, 2004.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.
- LOURDEAU, Antoine *et al.* Pré-história na foz do rio Chapecó. *Cadernos do CEOM (Estudos arqueológicos regionais)*, v. 29, n. 45, p. 220-242, dez. 2016.



- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MORETTO, Samira Peruchi; SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (org.). *Chapecó 100 Anos: histórias plurais*. Chapecó: Argos, 2018. p. 181-214.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MUSEU FORMOSA DO SUL. Entrevista de Gloria Dvirge Cella, concedida a André Luiz Onghero para o projeto Patrimônio-Escola-Comunidade. Formosa do Sul, 23 nov. 2010.
- NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 10, n. 10, p. 29-51, jan. 2002.
- NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- P., Maria F. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 16 maio 2018.
- PIAZZA, Walter. *A Colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
- POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM (20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina)*, v. 19, n. 23, p. 149-187, jul. 2006.
- R., Luís; R., Rosalina. Entrevista concedida a Daiane Frigo. São Lourenço do Oeste, 11 jun. 2018.
- RADIN, José Carlos. *Representações da Colonização*. Chapecó: Argos, 2009.
- RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. *Dicionário Histórico-Social do Oeste Catarinense*. Chapecó: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2018.
- RÁDIO DOZE DE MAIO. *Entrevista de Cairú Hack, concedida a José Carlos Krumenaur, no Programa Destaque, da Rádio Doze de Maio*. São Lourenço do Oeste, 1995/1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fT0plFmqHTc>. Acesso em: 29 jul. 2018.
- RENK, Arlene. *A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006a.
- RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. *Cadernos do CEOM (20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina)*, v. 19, n. 23, p. 37-71, jul. 2006b.
- S., Luis; S., Genuíno. Entrevista concedida a Daiane Frigo. Formosa do Sul, 27 jul. 2018.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (org.) *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011. p. 73-136.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (Notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil). *Revista de Antropologia*, v. 29, n. 1, p. 57-71, 1986.



SILVA, Claiton Marcio da; VALENTINI, Delmir José; MORETTO, Samira Peruchi. *Árvore é quase bicho, e bicho é quase gente? Os caboclos da América Subtropical e um Buen Vivir alternativo. Boletim Historiar*, v. 7, n. 3, p. 57-79, set./dez. 2020.

SILVA, Rosangela Cavallazzi da. *Terras Públicas e Particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada: um estudo da “Brazil Railway Company” no Meio Oeste catarinense*. 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des)ocupação no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM (Narrativas)*, v. 19, n. 25, p. 301-318, jul. 2006.

VICENZI, Renilda. *Mito e história na colonização do oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1984.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, v. 12, n. 1, p. 11-73, jun. 1988.

